

Os efeitos da violência interpaparental nas crianças: o olhar de uma comissão de proteção de crianças e jovens (CPCJ) em Portugal

The effects of interparental violence on children: a look at the child protective services in Portugal

Ana Sofia Carvalho Pinto^{*}
Eva Raquel Xavier de Melo Gil Chaves^{**}
Cristiana Dias de Almeida^{***}
Mónica Alexandra Vidal Teixeira^{****}

Resumo: A violência interpaparental é uma das situações mais evidentes de violência indireta que tem vindo a merecer uma maior atenção no panorama nacional. Com o presente artigo, pretende-se promover a discussão do fenómeno da criança exposta à violência, com o objetivo central de perceber os efeitos da violência interpaparental nas crianças acompanhadas na CPCJ. Para a concretização deste estudo exploratório foi utilizada a metodologia mista. Como técnica de recolha de dados realizaram-se cinco entrevistas entre 4 e 19 de abril de 2023. Utilizou-se para análise dos dados: a

Abstract: Interparental violence has been the focus of attention on a national level as one of the most glaring forms of indirect violence. This article aims to promote the discussion of the problem of the child exposed to violence with the main objective of understanding the effects of interparental violence on the children monitored by child protective services. To carry out this study exploratory, a mixed methodology was used. As a data collection technique, five interviews were carried out between April 4th 2023 and April 19th 2023. For data analysis the following were used:

* Licenciada em Serviço Social pela Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7082-7052>

** Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa & Universidade de Coimbra. Doutora em Ciências Sociais - Psicologia da Justiça pela Universidade Fernando Pessoa do Porto. Mestre em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviantes pela Universidade Católica do Porto. Licenciada em Serviço Social pela Universidade Católica de Braga. Professora Auxiliar de Serviço Social na Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto (FCESE). Lusófona University, Intrepid Lab, Porto, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0760-8513>

*** Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa & Universidade de Coimbra. Mestre e licenciada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Professora Auxiliar e Diretora da Licenciatura em Serviço Social na Universidade Lusófona - Centro Universitário do Porto. Lusófona University, Intrepid Lab, Porto, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6269-7120>

**** Doutora em Gerontologia UA/ICBAS. Mestrado em Gerontologia na UA. Licenciatura em Serviço Social pelo ISMT. Doutoranda do Programa Interuniversitário de Doutoramento em Serviço Social (Universidade Coimbra-FPCE e Universidade Católica Portuguesa-FCH). Professora Auxiliar da Universidade Lusófona (FCESE). Lusófona University, Intrepid Lab, Porto, Portugal. Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2625-4765>

análise de conteúdo e a análise estatística de dados. Os resultados demonstram que as crianças expostas à violência interparesntal desenvolvem inúmeros efeitos negativos que consequentemente terão repercursões imediatas e implicações ao longo da vida. Apesar da crescente visibilidade do fenómeno, a violência interparesntal continua a ser um problema social grave, pois, muitas vezes, não é reconhecido no seio da própria família.

Palavras-chaves: Violência interparesntal; Violência doméstica; Crianças; CPCJ.

content analysis and statistical data analysis. The results show that children exposed to interparesntal violence develop numerous negative effects that will consequently have repercussions throughout their lives. Despite the growing visibility of the problem, interparesntal violence continues to be a grave social problem, as it is often not recognized within the family itself.

Keywords: Interparesntal violence; Domestic violence; Child; A look at the child protective services.

Introdução

A exposição à violência interparesntal tem vindo a merecer alguma atenção por parte de profissionais de diversas áreas das ciências sociais. Se por um lado emergiu um olhar mais atento da violência conjugal como um problema social, por outro ressaltou uma maior preocupação com os diversos efeitos da exposição da criança à violência.

A violência entre casais tem-se evidenciado atualmente, devido não só à emergência de novas e maior número de denúncias e sinalizações, resultado de um elevado número de informação e campanhas de prevenção/sensibilização acerca da problemática, bem como do aparecimento de novos e diversos estudos sobre o fenómeno em questão (Rocha, 2007).

A revisão da literatura evidencia que as crianças expostas à violência interparesntal surgem grande parte das vezes como vítimas diretas de violência (e.g., cocorrência de violência). Por outro lado, em termos de impacto não é necessário a criança experienciar de forma direta a violência, para ser afetada (Sani, 1999) e revelar uma série de sintomas desadaptativos. Na mesma linha de pensamento seguem outros estudos (e.g., Coutinho; Sani, 2008; Sani, 2007) ao reconhecer que a violência concorre para um desajustamento global e reflete-se em acrescidas dificuldades de adaptação nos diferentes contextos da criança.

Tendo em vista os inúmeros casos e os efeitos evidenciados pelas crianças expostas a violência interparesntal, partiu-se da formulação do objetivo geral do presente trabalho, perceber efeitos da violência interparesntal nas crianças acompanhadas numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) da zona Norte de Portugal. Mais concretamente procurou-se (i) Identificar os efeitos da violência interparesntal nas crianças; (ii) Caracterizar os efeitos da violência interparesntal nas crianças; (iii) Perceber a influência da violência interparesntal nas crianças; e (iv) Analisar a experiência profissional dos/as técnicos/as da CPCJ em casos de exposição das crianças à violência interparesntal.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

No âmbito do sistema jurídico português, as ações do Estado em relação à proteção de crianças e jovens são restritas apenas aos casos em que exista um perigo iminente para a segurança e bem-estar da criança (Poeiras; Calheiros, 2019). A proteção das crianças e jovens por parte do Estado é um valor estabelecido pela Constituição (art.º 69, n.º1 da Constituição da República Portuguesa). De acordo com o estabelecido na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (assinada em Portugal em 26/1/1990), que exigem dos Estados aderentes a implementação de ações de proteção das crianças contra todo o tipo de violência, seja ela dentro ou fora do ambiente familiar (Poeiras; Calheiros, 2019).

É da competência da CPCJ avaliar e investigar as condições de risco e vulnerabilidade das crianças e jovens, além de coordenar as ações de proteção e apoio necessárias, em colaboração com outras instituições. Desempenham um papel crucial na prevenção e intervenção em casos de maus-tratos, abusos, negligência, abandono e outras circunstâncias que possam ameaçar o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e jovens (Poeiras; Calheiros, 2019; Guerra, 2021).

As CPCJ são entidades oficiais independentes, com uma composição diversificada de profissionais de diferentes áreas, responsáveis por tomar decisões imparciais e autónomas em relação às situações de proteção de crianças (Guerra, 2021). Esta equipa multidisciplinar é composta por representantes de várias entidades, como Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Ministério Público, Forças de Segurança e atua a nível local, em cada município do país.

A intervenção da CPCJ depende do consentimento de ambos os progenitores, do representante legal ou da pessoa que tenha guarda de facto. Nos casos cuja gravidade e urgência justifiquem uma intervenção imediata, ainda que exista uma oposição por parte dos progenitores, existe um “procedimento judicial urgente”, tal como prevê o artigo 91.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Assim, quando existe perigo atual ou iminente que comprometa a integridade física ou psíquica da criança ou jovem, são adotadas medidas apropriadas para garantir a segurança imediata da criança ou jovem, como por exemplo, a remoção da família e é solicitada a intervenção das autoridades policiais ou do tribunal (Guerra, 2021, p. 13).

A salientar que, as decisões tomadas pela CPCJ são sempre em benefício da criança e devem ser acompanhadas de medidas que promovam o seu bem-estar e desenvolvimento saudável.

Violência interpaparental

No campo da terminologia, revela-se importante discutir algumas considerações alusivas à forma de violência que pretendemos abordar.

Os conceitos violência interpaparental, violência conjugal e marital usam-se de forma indiscriminada, não que não mereçam as adequadas distinções, mas sim porque nos queremos referir a um tipo de “vitimação, em que a criança está exposta à violência entre duas pessoas próximas afetivamente e com quem partilha o mesmo espaço” (Sani, 2003, p. 15).

Sani (2003) afirma que existem limitações ao utilizar o conceito de violência doméstica para definir o conceito de violência interpaparental, uma vez que sendo esta definição mais abrangente, pode englobar outras formas de violência como por exemplo os maus-tratos a crianças ou a pessoas idosas; violência sobre a/o companheira/o. Nesta última situação, faz-se a referência a ambos os géneros, visto que, e sendo estatisticamente menos recorrente, pode acontecer violência sobre o género masculino.

No que respeita ao conceito de violência interpaparental, esta é caracterizada como uma disputa violenta que acontece entre os pais ou responsáveis da criança, sejam eles casados ou não (Sani, 2003) e que pode manifestar-se de diversas formas, nomeadamente: violência física, emocional, verbal e psicológica, sendo que essa dinâmica pode ter impactos significativos não apenas nos envolvidos, mas também nos filhos, que podem ser testemunhas dessas situações. Além de afetar o bem-estar emocional e psicológico das crianças, a violência interpaparental pode comprometer o desenvolvimento saudável e a segurança, levando a efeitos colaterais, como problemas de comportamento, dificuldades de aprendizagem e transtornos emocionais. É um tema essencial no âmbito da investigação sobre violência familiar e suas repercussões na dinâmica familiar e na sociedade.

As diversas formas pelas quais as crianças podem ser vítimas de abuso têm se tornado um dos maiores desafios para os/as profissionais da área social e da saúde, que constataam a sobreposição entre estar exposto à violência e ser vítima de violência. A ideia equivocada de que a violência entre parceiros/as é um problema exclusivo dos adultos desconsidera de maneira egoísta e irresponsável as situações de vitimação de crianças (Sani; Cardoso, 2013).

Impacto da violência interpaparental nas crianças

A experiência que uma criança vivencia quando é exposta ao conflito entre os pais torna-se um facto marcante para a mesma, perturbando as suas emoções independentemente da idade apresentada (Sani, 2004). Contudo, a tipologia da violência pode agravar ou atenuar o impacto da violência (APAV, 2021).

Pode-se concluir através da reflexão de estudos alusivos à violência interpaparental que estas crianças presenciam um elevado risco no que toca ao desenvolvimento de problemas ao nível comportamental e emocional, originando consequências para o próprio desenvolvimento (Martins, 2018; Menard, 2002). Os efeitos que as crianças experienciam podem revelar-se tanto a curto como a médio ou a longo prazo, sendo que a inexistência dos mesmos não demonstra que a criança não foi alvo deste impacto (Coutinho; Sani, 2008). Este tipo de violência tende a ser continuada e desenvolve-se em escalada de frequência e intensidade, apresentando por isso repercussões nefastas a nível físico e psicológico para a vítima e para os que residem nesse contexto (Chaves; Sani, 2014). Neste sentido, surge o conceito de criança exposta a violência conjugal, sendo uma forma de legitimar estas crianças como vítimas e de reconhecer o sofrimento que muitas vezes é esquecido e de igual peso dar-lhes visibilidade (Martins, 2018).

As crianças apresentam diferentes formas de resposta à violência, por outro lado, a vitimação pode funcionar como um mecanismo para desenvolver a capacidade da mesma na resolução de futuros conflitos (Benetti, 2006). Tais reações são sinónimo do esforço praticado por parte das crianças para encarar situações aterradoras e imprevisíveis, não existindo, tal como defende a autora “reações típicas” à violência no seio familiar (Sani, 2004).

Margolin (1998 *apud* Sani, 2002), expõe que se devem ter em consideração os fatores desenvolvimentais (e.g., a idade, o género) e situacionais, referindo-se à proximidade física do conflito e emocional à vítima, à gravidade da exposição, quando se aborda a variedade de reações que a criança pode despoletar nos momentos seguintes à exposição recorrente à violência interpaparental. Para além disso, a ocorrência de conflitos num espaço em que a criança considera ser um local seguro, são elementos que se devem ter igualmente em conta.

As crianças que sofrem abuso físico e/ou que testemunham repetidamente a violência conjugal podem desenvolver disrupções nos padrões normais de desenvolvimento, levando a problemas cognitivos, emocionais e comportamentais (Emery, 1989; Jaffe *et al.*, 1990). Estes efeitos decorrem não só da prática de atos de violência contra a criança, ao que Sani (2004) conceitua de efeitos diretos, mas também de um conjunto de condições, que rompidas por essa violência, geram efeitos indiretos no ajustamento da criança. A autora, evidencia que as crianças expostas a estes conflitos apresentavam problemas de internalização (desenvolvimento de ansiedade, depressão, medos), assim como de externalização (níveis elevados de agressividade, raiva, fugas da própria casa). Por conseguinte, este tipo de comportamentos danificam a capacidade de empatia, o estabelecimento de relações interpessoais, a realização ao nível académico, a interpretação de situações sociais, a resolução de situações adversas, como ainda a competência e a integração social (Sani, 2004).

Ademais, as crianças que se desenvolvem em contexto de conflito interparesntal interiorizaram que para resolver os conflitos surgidos ao nível das relações íntimas precisam de recorrer à violência, estratégia esta apreendida aquando expostas aos conflitos entre os pais. Deste modo, este tipo de comportamentos apresenta-se como uma maneira eficaz de que a criança percebe ter o controlo e poder sobre o outro (Sani, 2004). Outro dos efeitos observados é o facto de a criança aceitar excessivamente que dispõe de um sentimento de responsabilidade pela violência que acontece na família, acreditando que ela própria e os seus comportamentos, originam a violência interparesntal ou achando que têm o dever de proteger a vítima, distraíndo o agressor (Sani, 2004).

Paralelamente, Magalhães (2002) expõe algumas das que considera serem consequências diretas da exposição a conflitos interparesntais: ao nível cognitivo, que ocasionam défices de linguagem, intelectual, baixo rendimento profissional ou académico; ao nível afetivo, com o surgimento de sensações de medo, raiva, disfunção sexual e baixos níveis de autoestima, assim como ideação suicida; ao nível comportamental, com interferências nos relacionamentos interpessoais, propensão para o isolamento, raro reconhecimento das emoções, sentimentos de culpabilidade, violência e maltrato com os próprios filhos, toxicodependência e condutas e comportamentos delinquentes; e ao nível psiquiátrico, podendo surgir neuroses, depressões e psicoses e diversos transtornos de personalidade. No que diz respeito a crianças em idade primária reconhecem-se complicações ao nível escolar, despoletando problemas de concentração e atenção somando à probabilidade de terem até 40% menos de capacidades nas tarefas escolares, como por exemplo ao nível da leitura relativamente às outras crianças com idades idênticas (Martins, 2018).

Relativamente aos efeitos indiretos, Holden *et al.* (1998) reiteram que o conflito conjugal afeta diretamente o suporte, a disciplina e controlo, tal como a consistência e monitorização parental. Com isto, os mesmos autores afirmam que habitar em contexto hostil e violento pode ser profundamente debilitante, particularmente para a vítima. Neste tipo de ambientes, dá-se mais foco à monitorização e avaliação afetiva do agressor e a sua predisposição para a violência, da mesma maneira que a vítima tenta defender-se a si própria e às crianças dos constantes ataques físicos e verbais que sofrem. Por outro lado, a inconsistência que existe particularmente nestes seios familiares pode ser um fator agravante dos conflitos, quer porque os progenitores divergem no que se relaciona com a educação das crianças, quer porque existe uma mudança de tom e palavras por parte da progenitora quando o progenitor está presente (Sani, 2004).

A exposição à violência em contexto familiar pode resultar, ainda, em absentismo escolar, violência entre pares – *bullying*, violência nas relações de namoro e nos relacionamentos em geral, abandono escolar ou até mesmo conflito com a lei (XXII Governo Constitucional, 2020).

Sendo uma problemática cada vez mais atual, deve-se conferir mais atenção aos sinais que a criança apresenta a fim de prestar o auxílio de forma a garantir que os efeitos sejam minimizados. Por outro lado, as entidades governamentais possuem a responsabilidade de criar medidas de modo a salvaguardar o bem-estar das crianças.

Metodologia e técnicas de recolha de dados

O presente estudo é uma pesquisa exploratória que pretende ser uma primeira aproximação ao tema, de modo a testar a adequabilidade das questões em causa. Pretende-se futuramente alargar o estudo para um número amplo de CPCJ, que represente a realidade portuguesa. Para a concretização da investigação, foram apresentados e assinados os consentimentos informados de forma a garantir que os/as participantes tinham o conhecimento sobre o estudo empírico do presente trabalho, bem como a confidencialidade e anonimato das informações partilhadas. Para além disso, também foi garantido o consentimento para utilização da informação da Base de Dados da CPCJ, devidamente assinado pela Presidente da Comissão.

Para a realização do presente estudo foi utilizada a **metodologia mista**. O recurso às vertentes qualitativa e quantitativa não só melhora significativamente a compreensão do fenómeno, como também procura dar retorno às questões inicialmente formuladas, sugerindo alterações em questões específicas ou até mesmo um novo *design* (Teddlie; Tashakkori, 2009). Como técnica de recolha de dados privilegiou-se a **entrevista** semiestruturada. Foram realizadas, entre 4 e 19 de abril de 2023, a 5 profissionais de uma CPCJ da região norte de Portugal. Estes/as profissionais são de diferentes áreas científicas, nomeadamente Serviço Social, Psicologia, Enfermagem e representam diferentes instituições do município: Câmara Municipal, Segurança Social e o Ministério da Saúde. Foram escolhidos/as pelas funções desempenhadas na CPCJ ao nível da “promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (Art.º 1 do Cap. I da Lei 147/99, de 1 de setembro), segundo a sua disponibilidade e respeitando a sua agenda de trabalho para não afetar nas dinâmicas da instituição.

Como técnica de análise de dados foi utilizada a **análise de conteúdo** e a **análise estatística de dados**. No que se refere à análise de conteúdo foi sinalizado o conteúdo mais relevante de cada entrevista e agrupado em categorias com base num cruzamento entre

categorias já previamente delimitadas de acordo com a literatura. Atendendo a que, na investigação “os dados obtidos necessitam de ser organizados e analisados e, como a maioria das vezes tomam uma forma numérica procede-se à sua análise estatística” (Coutinho, 2015, p. 151), recorreu-se à análise estatística de dados quantitativos com incidência sobre o tipo de problemática mais presente em 2022 nas CPCJ’s.

Apresentação dos resultados

A apresentação dos resultados emerge da análise dos dados resultantes das entrevistas realizadas a profissionais de uma CPCJ da zona norte do país, bem como da análise de dados estatísticos nacionais referentes às CPCJ. Os dados que daqui resultaram, deram resposta ao objetivo central desta investigação: Perceber os efeitos da violência interpaparental nas crianças acompanhadas na CPCJ. Objetivo central integra quatro objetivos específicos (dados parciais desta investigação) que se consubstanciam-se nos seguintes:

i) Identificar os efeitos da violência interpaparental nas crianças: A maioria das profissionais considera que os efeitos nas crianças são negativos e muito graves para o seu desenvolvimento, no entanto, referem que o surgimento e o progresso destes depende da gravidade da violência interpaparental a que são expostas. Para além disso, algumas entrevistadas relatam que os efeitos desta exposição recaem principalmente nos efeitos a nível psicológico ou emocional, provocando consequentemente elevados níveis de ansiedade, de *stress* e de insegurança, seja em contexto de relação com outras pessoas, seja no mundo ao redor delas. “(...) acabo por estar atenta mais a alguns sintomas mais psicológicos ou emocionais diria, mas quase sempre se vê um aumento da ansiedade destas crianças, não é?” (Ent5).

A literatura evidencia que a nível emocional, a criança pode revelar sintomas como, choro, preocupação, vergonha, menor capacidade de empatia, dificuldade em reconhecer emoções, tristeza, raiva, culpa e medo (Cunningham; Baker, 2007). E ainda, sentimentos muito ambivalentes relativamente aos cuidadores (Graham-Bermann, 1998). A tristeza e raiva são sentimentos experienciados por algumas crianças, que segundo Renee *et al.*, (2011) são mais frequentes do que a ansiedade. As crianças com histórias na infância marcadas pela violência familiar têm uma maior predisposição para ter uma baixa autoestima (Shein, 2009). Tal como salientado anteriormente, Sani (2004) afirma que as crianças expostas a estes conflitos desenvolvem problemas quer de internalização, ou seja, desenvolvimento de ansiedade, quer de externalização (surgimento de sentimentos de raiva, agressividade, etc.).

Segundo algumas entrevistadas, outro dos efeitos experienciados e vividos pelas crianças expostas a conflitos violentos entre os progenitores passam pela insegurança que surge, tanto

ao nível da instabilidade de humor de ambos os pais ao longo dos conflitos, como também a insegurança perante o mundo sobre o olhar da criança. “(...) é o facto a... da insegurança em que a criança vive, de nunca saber como é que vai ser o dia (...) Isto leva a um estado permanente de ansiedade que este é o que se traduz em... em prejuízo maior” (Ent3).

Nos casos de violência doméstica mais graves, surgem sentimentos de *stress* emocional e ansiedade, uma vez que a própria criança consegue aperceber-se do que a vítima está a sentir, sendo habitual vivenciar sentimentos negativos. “(...) quando existe uma violência doméstica muito grave, em que existe um terror associado, não é?... àquela figura, a criança está constantemente em situação de stress emocional” (Ent3).

Neste sentido, Margolin e John mencionam que “A envolvência em situações de violência de figuras apego faz emergir na criança sintomas de evitamento, ansiedade, novos medos, agressividade” (1997, p. 42). Cummings acrescenta que, esta violência a que a criança é constantemente exposta constitui-se como uma ameaça para esta, no sentido em que “mina o seu sentido de predição e o seu sentimento de acolhimento na família, preocupando-a e fazendo sentir-se emocionalmente *stressada*” (1998 *apud* Sani, 2002, p. 43).

Ao longo das entrevistas, foi referido igualmente que alguns dos efeitos nas crianças por exposição emergem no constante estado de alerta que passam vivenciar. “Os efeitos negativos da violência doméstica em termos emocionais, ela vem muito associada a isto, a estes casos mais graves em [que] há um estado de alerta constante em que há um estado de stress constante no organismo (...)” (Ent3).

A par do que foi exposto anteriormente, é referido que os efeitos que as crianças vivenciam por conta da exposição acarretam problemas no desempenho académico, isto é, as próprias revelam um baixo rendimento escolar e conseqüentemente um decréscimo das avaliações. “(...) mais dificuldade de concentração na escola (...)” (Ent3).

Em consonância com Martins (2018), a autora afirma que a crianças em idade primária submetidas a esta exposição revelam problemas ao nível escolar e demonstram menor capacidade para a realização de tarefas propostas em contexto escolar.

Em virtude do sofrimento emocional/psicológico, foi perceptível pelo relato das profissionais que algumas crianças desenvolveram baixa autoestima, bem como sintomas depressivos. “(...) às vezes há uma mãe ou um pai que diz «não contes a ninguém que viste isto» e, portanto, eles guardam muito pra eles e acho que sintomas depressivos também é uma coisa que pode acontecer mais... frequentemente” (Ent5).

De modo similar, Magalhães (2002) cita que as consequências diretas desta exposição ao nível efetivo abrangem não só o surgimento de sensações de medo e raiva, como também é perceptível um baixo nível de autoestima nas crianças.

Tendo em consideração os efeitos despoletados nestas crianças, percebeu-se que os progenitores não detêm a consciência sobre como os efeitos repercutem no desenvolvimento das mesmas, no qual mencionam como exemplo o próprio percurso de vida. Trajetórias de vida marcadas pela exposição a violência interparesntal, utilizada como justificativa para a situação atual de violência e banalizando os efeitos que acabam por surgir.

(...) penso que não só pela própria, por estarem na Comissão, mas pela própria educação que tiveram, que um berro, que uma palmada [suspiro profundo] não tem efeitos numa criança a... Muitas vezes referem que “ó, ó Doutora, se o meu pai bateu-me, eu estou aqui, e foi graças a algumas palmadas que eu sou o que sou hoje” (Ent1).

Compreendeu-se também que existe uma normalização e banalização do padrão de violência, ou seja, a criança interioriza os valores típicos dos conflitos violentos que observa e vivencia. “(...) a reprodução dos modelos no futuro, não é?... a interiorização de valores e de banalização da violência doméstica (...)” (Ent3).

Ao longo da análise de conteúdo das entrevistas, constatou-se que a normalização dos padrões de violência por estas crianças é um processo normal, uma vez que estas cresceram e desenvolveram-se num ambiente em que ouviam e presenciavam o agressor a agredir a vítima e a vítima a ser agredida, interiorizando que estes comportamentos fazem parte de um relacionamento, seja ele amoroso, afetivo ou entre membros da família.

E efetivamente há aqui uma série de crianças que já são educ[adas]- e uma série da população que é educada desta forma, que isto é uma forma normal de comunicação e o valor e a importância que atribuem a isto, muitas vezes, é diferente e a gravidade que tem muitas vezes é diferente também consoante a forma como culturalmente isto é visto, porque por vezes é banalizado (Ent3).

A literatura indica que os progenitores com historial de vitimação na infância, apresentam uma maior dificuldade em lidar com situações de maior *stress*, podendo incutir o seu padrão de comportamentos aos seus filhos (Michel *et al.*, 2011).

Os pais assumem um papel essencial na aprendizagem de comportamentos, servindo de modelo para as crianças, principalmente quando são ainda muito jovens. Segundo Cunningham e Baker (2007), com a exposição à violência, a criança pode identificar-se com o progenitor do mesmo género, o que pressupõem uma aprendizagem distorcida do papel do homem e mulher na sociedade. No entanto, este parecer não é assim tão linear já que outros estudos atribuem uma conotação positiva ao facto da criança não se identificar com o agressor, para que também não aprobe os seus comportamentos e não venha a reproduzi-los no futuro (Renner *et al.*, 2011).

Para além disso, a autora Moretti (2006), explica que existe uma maior propensão, por parte destas crianças, para a reprodução de estratégias de resolução violentas, utilizando a violência física ou psicológica, aquando à presença das mesmas a exposição a violência interparental.

Tendo em conta o que foi mencionado anteriormente, vale ressaltar que muitas destas crianças não conseguem quebrar este ciclo de violência, que se perpetuou ao longo do tempo, em relações futuras, procurando parceiros que exerçam violência para com as próprias. Este efeito tende a ser explicado pela dificuldade em quebrar o próprio ciclo violento dentro da relação com o agressor, convertendo-se numa espiral de violência. “(...) e depois, muitas vezes, se calhar elas próprias a... não conseguem quebrar o ciclo de violência e elas próprias vão procurar pessoas que... que também vão exercer algum tipo de violência para consigo, não é?...” (Ent2).

Por outro lado, existem casos em que os próprios progenitores compreendem e têm noção dos efeitos que desenvolveram por conta da exposição à violência interparental na sua infância e, por esse motivo, mostram preocupação em não repercutir os mesmos modelos e comportamentos violentos para com os seus descendentes.

E depois também há um risco da reprodução dos comportamentos a que se assiste. Existem os dois casos [ruído da cadeira a mexer-se]. Existem tanto as pessoas que dizem “Ai, eu vivi isto e não quero que o meu filho viva, porque eu quando era criança [ruído da porta a bater] vivia... o meu pai batia na minha mãe”; como existem as pessoas porque viram reproduzem, ou seja, um dos problemas também é a assunção deste valor e reprodução deste comportamento (Ent3).

ii) Caracterizar os efeitos da violência interparental nas crianças: As consequências mais presentes nas respostas passam por: afetar a saúde: “Quando são crianças muito pequenas a... vai ter efeitos na saúde” (Ent1); o desenvolvimento emocional: “Quais são as consequências? Negativas? A... pronto... as consequências... era aquilo que eu estava a falar, é a nível de desenvolvimento emocional” (...) (Ent 1); o estabelecimento de relacionamentos tanto na adolescência, como no futuro: “(...) a dificuldade de estabelecer relacionamentos saudáveis na sua vida adulta, na sua vida, na sua adolescência, na vida adulta (Ent2)” e o surgimento de sentimentos depressivos e ansiedade: “(...) tentar perceber se isto vai acabar por despoletar uma depressão, uma ansiedade que precise de ser consultado (...)” (Ent5), bem como insegurança e pensamentos de insuficiência enquanto indivíduos: “Enquanto eles constroem como pessoa a... perceber se não há aqui alguma insegurança, se eles próprios em termos de autoestima também não se constroem como pessoas incapazes” (Ent5).

iii) Perceber a influência da violência interpaparental nas crianças: Foi perceptível através das entrevistas que esta exposição influencia as crianças ao nível da capacidade, da concentração e no seu desenvolvimento intelectual. “(...) estão mais do que explicados, mais do que estudados os efeitos ao nível da capacidade de concentração, capacidade de desenvolvimento intelectual das crianças, da aprendizagem, não é?” (Ent1).

Paralelamente, Martins (2018) revela que esta exposição frequente nas crianças influenciam os seus níveis de concentração em vários contextos da sua vida, como por exemplo em contexto escolar, na qual estas registam um baixo nível de concentração na realização das tarefas escolares.

Contudo, estes efeitos não só influenciam o desenvolvimento intelectual, como também interferem na saúde mental da mesma, podendo despoletar outras problemáticas associadas. “(...) quando são expostas a estas situações ao nível da própria saúde, cada vez vemos mais ou constatamos que há crianças com muitas problemáticas ao nível de saúde mental (...)” (Ent1).

No mesmo sentido, esta exposição afeta igualmente o estabelecimento de relações no presente e no futuro, sejam estas afetivas ou de outra natureza, somando à insegurança que daí podem sentir, uma vez que interiorizaram a partir da observação que nos relacionamentos o que permanece é a insegurança. “Acho que vivenciar uma situação destas em fases anteriores à adolescência pode muitas vezes condicionar o tipo de relações de namoro que temos (...)” (Ent5).

Um dos exemplos mais concretos referentes à influência que os efeitos detêm na vida dos progenitores destas crianças, é um caso mencionado em que é perceptível que os efeitos experienciados condicionaram a vida destes e que no presente sentem as situações de violência como se fossem ocorridas nos dias de hoje.

(...) e eu posso dizer já tive aqui a... processos de crianças que os próprios pais me contaram que eles próprios foram vítimas de violência, de exposição a violência doméstica entre os seus pais, portanto avós das crianças que eu já tenho e que... aquilo que me dizem é... é assustador (Ent2).

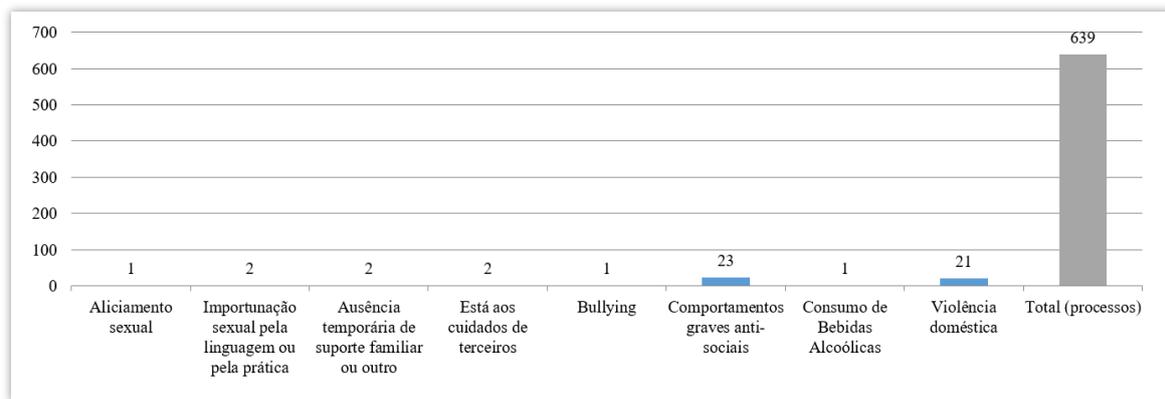
iv) Analisar a experiência profissional dos/as técnicos/as da CPCJ em casos de exposição das crianças à violência interpaparental: de forma geral as comissárias afirmaram terem experiência em casos com esta problemática. “Sim. Ao longo... da minha atividade profissional já tive variadíssimos processos que envolviam crianças que tinham sido expostas a violência interpaparental” (Ent3).

Considerando a experiência das profissionais entrevistadas, bem como a análise dos processos da CPCJ em estudo, poderá concluir-se que a violência interpaparental é uma problemática muito presente. Esta não ganha expressividade apenas na Comissão, como

também na comunidade em geral, fazendo com que os casos tenham mais visibilidade. “(...) eu quase, quase poderia dizer que é quase 100%, que é quase tudo, não é?... envolve violência doméstica, violência interparental aliás (...)” (Ent2).

Os resultados expostos vão ao encontro das estatísticas do ano de 2022 patentes na Base de Dados da CPCJ em estudo, em que consta que a problemática diagnosticada mais presente nesta Comissão recai sobre a violência doméstica em praticamente todos os escalões etários (compreendidos entre os intervalos de tempo [0-2], [3-5], [6-8], [9-10], [11-14], [15-17] e [18-21]). Contudo no escalão etário dos 11-14 anos (*vide* Gráfico 1) verifica-se que a problemática violência doméstica se encontra como a segunda problemática diagnosticada mais presente em 2022 (com 21 processos instaurados), seguida da problemática comportamentos graves antissociais (com 23 processos instaurados), num total de 639 processos instaurados na Comissão em questão.

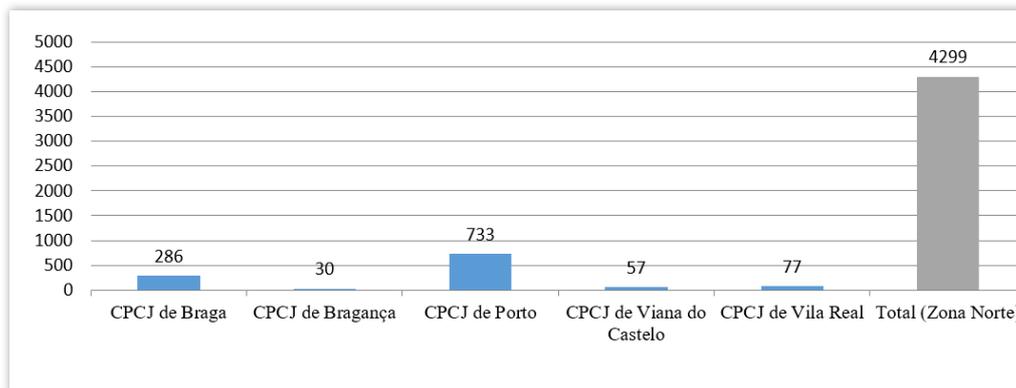
Gráfico 1: Problemática diagnosticada mais presente em 2022 no escalão etário dos 11-14 anos.



Fonte: Base de Dados da CPCJ em estudo.

Comparando os dados apresentados com outras CPCJ's situadas nos distritos mais a norte de Portugal (CPCJ de Braga, CPCJ de Bragança, CPCJ do Porto, CPCJ de Viana do Castelo e CPCJ de Vila Real), segundo o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022, constata-se que a CPCJ do Porto, apresenta o maior número de processos instaurados com a problemática violência doméstica (733 processos instaurados), num total 4 299 processos instaurados nas CPCJ's dos distritos mais a norte do país (Gráfico 2).

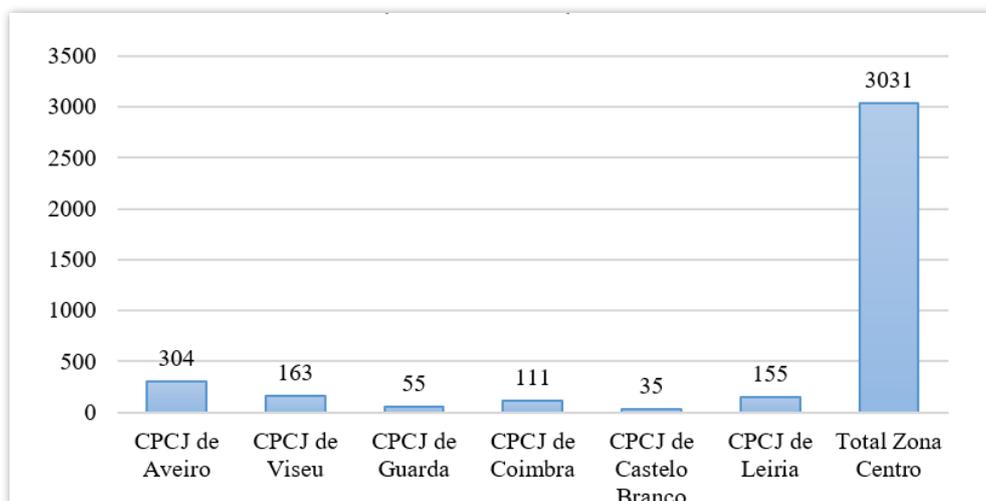
Gráfico 2: Problemática violência doméstica diagnosticada nas CPCJ's dos distritos da Zona Norte de Portugal em 2022.



Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022.

No que concerne aos dados registados nas CPCJ's dos distritos mais a centro do território nacional (Gráfico 3) em comparação com as CPCJ's situadas no distrito do Porto (Gráfico 2), conforme o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022, percebe-se que as CPCJ's no distrito do Porto assinalam um maior número de processos instaurados com a problemática violência doméstica do que qualquer CPCJ situada nos distritos mais a centro de Portugal em 2022, com um total de 3031 processos instaurados com esta problemática.

Gráfico 3: Problemática violência doméstica diagnosticada nas CPCJ's dos distritos da Zona Centro de Portugal em 2022.

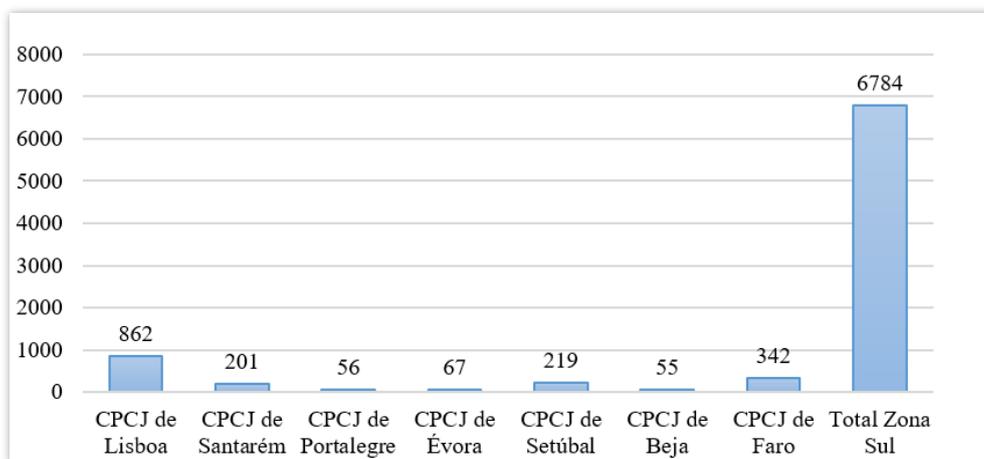


Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022.

Confrontando os dados obtidos das CPCJ's situadas nos distritos mais a sul do país (Gráfico 4) com os dados registados das CPCJ's localizadas no distrito do Porto (Gráfico 2), segundo o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022, constata-se que as CPCJ's fixadas em Lisboa registam um maior número de processos instaurados com a

problemática violência doméstica, num total de 6784 processos instaurados com esta problemática, do que qualquer CPCJ instalada no distrito do Porto em 2022.

Gráfico 4: Problemática violência doméstica diagnosticada nas CPCJ's dos distritos da Zona Sul de Portugal em 2022.



Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2022.

Assim sendo, a percentagem de processos com a problemática que se encontra a ser estudada na CPCJ em análise, varia entre o intervalo de valores 40-70%, segundo as entrevistadas. Os valores das estatísticas nacionais apresentados nas figuras acima corroboram com a perceção das profissionais entrevistadas, e neste sentido, poder-se-á concluir que de facto, a violência doméstica e a violência interparental são uma problemática cada vez mais presente.

Considerações finais

A questão do impacto da violência interparental tem vindo a merecer uma maior atenção pela constatação da presença de elevados níveis e *stress* em crianças expostas à violência interparental (Benetti, 2006). Os estudos nesta área comprovam que a vitimização direta pode ser tão prejudicial quanto a vitimização indireta (e.g., Sani, 1999, 2000, 2002) refletindo-se em consequências a curto e/ou longo prazo em várias áreas do desenvolvimento da criança (e.g., Canha, 2002; Kuhlman *et al.*, 2012; Sani; Caprichoso, 2013). Há ainda a crença de que as crianças mais novas não são afetadas pela violência (e.g., Davies *et al.*, 2009).

Através da análise dos dados resultantes das entrevistas realizadas às técnicas integrantes na CPCJ em estudo, bem como da análise de dados estatísticos, percebeu-se que a violência interparental tem efeitos nefastos para as crianças que experienciam a violência. Os resultados deste estudo demonstram que, os principais efeitos são: ao nível psicológico e emocional, provocando nas crianças, sentimentos de insegurança e baixa autoestima,

interferindo também no seu rendimento escolar. Conclui-se igualmente que existe uma “desorganização” das emoções e dificuldades nas relações interpessoais no futuro. Por outro lado, constatou-se que os progenitores, atualmente, têm mais consciência sobre os efeitos que as situações de violência acarretam, dada a crescente visibilidade do fenómeno pelos órgãos de comunicação social. No entanto, as crianças que experienciam a violência tendem a normalizar estes padrões, devido à sua proximidade ao paradigma.

O presente estudo exploratório pretende contribuir para a investigação deste fenómeno, atribuindo uma maior visibilidade às consequências da violência interparesntal, lançando um alerta para a comunidade em geral e para os profissionais que trabalham na área.

Por fim, a violência interparesntal continua a ser um problema social grave, no entanto, com mais visibilidade. Considera-se que o crescente interesse científico no âmbito da violência interparesntal contribui para uma intervenção mais eficaz, que garanta o bem-estar destas crianças, ainda assim, importa refletir sobre a adequação dos modelos de intervenção social utilizados.

O estudo aqui apresentado foi encarado, como já foi referido, como um estudo exploratório sobre o tema. Apresentou um conjunto de limitações como sejam a análise de apenas uma CPCJ da região norte, que se traduziu no envolvimento de um pequeno número de participantes. Não obstante, atendendo aos resultados obtidos, reconhece-se a necessidade de alargar o campo de análise. Neste sentido, sugere-se que investigações futuras deem continuidade a este trabalho, com a recolha de dados junto de CPCJ das restantes NUT's, que possam contribuir para a atualização dos dados disponíveis, para a (re)construção teórica da problemática e para a reflexão sobre a mesma na realidade portuguesa.

Referências bibliográficas

- APAV. Folhas Informativas | Violência Contra Crianças. APAV, 2021. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/2828-folhas-informativas-violencia-contracrianças. Acesso em: 23 de março de 2023.
- BENETTI, S. Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, São Leopoldo, v.19, n.2, p. 261-268, abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/8z7BqGvXbnbppD5vdw4H8qy/> Acesso em: 12 de junho de 2023.
- CANHA, J. A criança vítima de violência. In: MACHADO, C; GONÇALVES, R. A. (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*. Coimbra: Almedina, 2002. p. 13-36.
- CHAVES, E.; SANI, A. Violência familiar: da violência conjugal à violência sobre a criança. *Revista Eletrônica de Educação e Psicologia*, Vila Real, v.1, n.1, p. 1-10, jan. 2014. Disponível em: http://edupsi.utad.pt/images/PDF/revistaN2/Violencia_Familiar_Da_Violencia_Conjugal_a_Violencia_Sobre_A_Crianca2015.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2023.

- COUTINHO, C. *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Coimbra: Edições Almedina, 2014.
- COUTINHO, M. J.; SANI, A. I. Evidência empírica na abordagem sobre as consequências da exposição à violência interparesntal. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*. Porto, n. 5, p. 284-293, 2008. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/970>. Acesso em: 10 de maio de 2023.
- CUNNINGHAM, A.; BAKER, L. *little eyes, little ears. How violence against a mother shapes children as they grow*. London: Centre for Children and Families in the Justice, 2007.
- DAVIES, P. T., et al. Children's patterns of emotional reactivity to conflict as explanatory mechanisms in links between interpartner aggression and child physiological functioning. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, New York, v. 50, n. 11, p. 1384-1391, 27-28 jun. 2009. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2765509/>. Acesso em: 11 de maio de 2023.
- DIAS, I. *A violência doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade*. In: IV Congresso Português de Sociologia, 2000. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia Publicações, 2000. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19973>. Acesso em: 6 de abril de 2023.
- EMERY, R. E. Family Violence. *American Psychologist*. Washington, v. 44, n. 2, p. 321- 328, 1989. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0003-066X.44.2.321> Acesso em: 11 de maio de 2023.
- GRAHAM-BERMANN, S. A. The impact of women abuse on children's social development: research and theoretical perspectives. In HOLDEN, G. W.; GEFNER, R.; JOURILES, E. N. (Eds.), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. Washington: American Psychological Association, 1998. p. 21-54.
- GUERRA, P. Sistema Português de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. In MAGALHÃES, E.; BAPTISTA, J. (Orgs.). *Acolhimento familiar de crianças e jovens em perigo*. Lisboa: Edições Pactor, 2021. p. 3-21.
- HOLDEN, G. W., STEIN, J. D., RITCHIE, K. L., HARRIS, S. D.; JOURILES, E. N. (1998). Parenting Behaviors and beliefs of battered woman. In: HOLDEN, G. W.; GEFNER, R.; JOURILES, E. N. (Eds.). *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. Washington: American Psychological Association, 1998, p. 293-334.
- JAFFE, P. G., WOLFE, D. A.; WILSON, S. K. *Children of battered woman*. USA: Sage Publications, 1990.
- KUHLMAN, R. K., HOWELL, H. K.; GRAHAM-BERMANN, A. S. Physical health in preschool children exposed to intimate partner violence. *Journal of Family Violence*, Saint Paul, v. 27, n. 6, p. 499-510, mai, 2012. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1007/s10896-012-9444-2> Acesso em: 9 de abril de 2023.
- MAGALHÃES, T. *Maus-tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto, 2002.
- MARGOLIN, G. Effects of domestic violence on children. In: TRICKETT, P. K.; SCHELLENBACH, C. J. (Eds.). *Violence against children in the family and the community*. Washington: APA, 1998. p. 57- 101.
- MARTINS, Márcia Filipa Oliveira. *Crenças das crianças relativamente à violência*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/entities/publication/5e716149-1804-464a-8df1-0eb98c67107b>. Acesso em: 10 de abril de 2023.
- MENATD, S. Short-and Long-Term Consequences of Adolescent Victimization. OJJDP Youth Violence Research Bulletin. *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention*, jun.

2002. Disponível em: <https://www.ojp.gov/pdffiles1/ojdp/191210.pdf>. Acesso em: 9 de abril de 2023.
- MITCHELL, S. J., LEWIN, A., RASMUSSEN, A., HORN, I.; JOSEPH, J. Maternal distress explains the relationship of young African American mothers' violence exposure with their preschoolers' behavior. *Journal of interpersonal violence*, Washington, v. 26, n. 3, p. 580-603, fev.-mai. 2011 Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886260510363423>. Acesso em: 9 de abril de 2023.
- MORETTI, M., OBSUTH, I., ODGERS, C.; REEBY, P. Exposure to maternal vs. Paternal partner violence, PTSD, and aggression in adolescent girls and boys. *Aggressive Behavior*, v. 32, n. 4, p. 385-395, jun. 2006. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1002/ab.20137>. Acesso em: 5 de abril de 2023.
- POEIRAS, I.; CALHEIROS, M. M. Reflexões em torno da legitimidade de intervenção no sistema português de proteção de crianças e jovens. In: CALHEIROS, M. M.; GARRIDO, M. V. (Orgs.). *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigações e Intervenção*. Lisboa: Edições Sílabo, 2013. p. 15-44.
- RENNER, L.; GRYCH, J. H. Children's perceptions of intimate partner violence: causes, consequences and coping. *Journal of Family Violence*, Springer, v. 26, n. 5, p. 343-354, jul. 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10896-011-9368-2>. Acesso em: 6 de abril de 2023.
- ROCHA, Vasco António Dias Monteiro Queirós. *Exposição à Violência Interparental: estudo de caso numa CPCJ*. Monografia (Licenciatura em Serviço Social). Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, 2007. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/757>. Acesso em: 6 de abril de 2023.
- SANI, A. I. As crenças das crianças sobre a violência e as percepções sobre os conflitos interparentais. *Edições Universidade Fernando Pessoa*, Porto, n.4, p. 198-208, jul.-out. 2007. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/446> Acesso em: 6 de abril de 2023.
- SANI, A. I. *As crianças e a violência: Narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crime*. Coimbra: Quarteto Editora, 2002.
- SANI, A. I. As vítimas silenciosas: a experiência de vitimação indireta nas crianças. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, Braga, v. 2, p. 247-257. 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Sani/publication/328393774_As_vitimas_silenciosas_-_a_experiencia_de_vitimacao_indirecta_nas_crianças_1999/links/5bca57e8a6fdcc03c7960be4/As-vitimas-silenciosas-a-experiencia-de-vitimacao-indirecta-nas-crianças-1999.pdf. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.
- SANI, A. I. Crianças expostas à violência interparental. In: MACHADO, C.; GONÇALVES, R. A. *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra: Quarteto Editora, 2003, p. 95-131.
- SANI, A. I.; CAPRICHOSO, D. Crianças em situação de risco por exposição à violência doméstica. In: CALHEIROS, M. M.; GARRIDO, M. V. (Orgs.), *Crianças em Risco e Perigo: contextos, Investigações e Intervenção*. Lisboa: Edições Sílabo, 2013, p. 191-207.
- SANI, Ana Isabel. *A experiência subjetiva de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Justiça e da Reinserção Social). Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2000.
- SANI, Ana Isabel Martins. *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese (Doutoramento em Psicologia da Justiça). Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2004. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6958>. Acesso em: 6 de abril de 2023.
- SHEN, T. A. Self-esteem of young adults experiencing interparental violence and child physical maltreatment: Parental and peer relationships as mediators. *Journal of Interpersonal*

Violence, v. 24, n. 5, p. 770-794, mai. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886260508317188>. Acesso em: 2 de abril de 2023.

TEDDLIE, C.; TASHAKKORI, A. *Foundations of mixed methods research: Integrating quantitative and qualitative approaches in the social and behavioral sciences*. Thousand Oaks: CA: Sage. 2009.

XXII GOVERNO CONSTITUCIONAL. *Guia de Intervenção Integrada Junto de Crianças ou Jovens Vítimas de Violência Doméstica*. Mai. 2020. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/06/170-20_Guia_Intervencao_Integrada.pdf. Acesso em: 6 de maio de 2023.